



Passarinho, Souto, Maciel, Fiuza e Bornhausen: definindo um cronograma para os projetos do Planalto

Novo bloco ameaça dar ao Governo controle do Senado

O Governo já tem assegurada a adesão de 38 senadores, apenas três menos que a maioria absoluta, ao novo bloco que pretende formalizar no Senado. Eles pertencem ao PFL, PDS, PRN, PTB e PDC. A informação foi prestada ontem pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, após reunião com os líderes do Governo na Câmara e no Senado, mais os novos ministros Jorge Bornhausen e Ricardo Fiuza. Falta definir se a liderança do bloco caberá ao atual líder do Governo — que acumula a função com a liderança do PFL — Marco Maciel.

A reunião de ontem, no Ministério da Justiça, foi a primeira do ano para o novo comando político do Governo e teve como objetivo iniciar a articulação política para aprovação dos projetos prioritários do Executivo na sessão legislativa que começa na semana que

vem. Foram mais de duas horas de encontro, elaborando-se um cronograma para o acompanhamento dos trabalhos do Congresso.

Segundo Jarbas Passarinho esse calendário de acompanhamento visa permitir uma atuação que favoreça a votação das matérias de interesse do Governo, até o final do primeiro semestre. O ministro ressalta que no segundo semestre dificilmente algum projeto será votado, em função do chamado **recesso branco**, pois muitos parlamentares vão concorrer às eleições.

Mais partidos — O aumento da bancada de sustentação política do Governo também foi abordada na reunião. Segundo o líder governista na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG), o Governo tem a firme intenção de atrair mais partidos para ampliar a sua base política no Congresso Nacional.

O líder não quis comentar se essa intenção implicará novas mudanças ministeriais.

Já na próxima semana os ministros Passarinho, Fiuza, Bornhausen e lideranças começarão a negociar a aprovação do projeto que cria a Secretaria de Governo da Presidência da República. Passarinho adiantou que o “Governo não vai medir esforços para aprovar parte da proposta de emenda constitucional, o **Emendão**, que se refere à abertura da economia”. Para o ministro, sem essa alteração o programa econômico de Collor estará seriamente comprometido.

Além do projeto da Secretaria de Governo e emenda constitucional, o Governo considera prioritária a aprovação dos projetos de desregulamentação dos portos, o que se refere a concessão do serviço público e registro de marcas e patentes.